

## A AGENDA DE GOVERNANÇA GLOBAL PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

### AUTORES/AUTORAS

Maria Helena da Silva  
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG  
[mariahelena14@hotmail.com](mailto:mariahelena14@hotmail.com)

Simone de Fátima Flach  
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG  
[eflach@uol.com.br](mailto:eflach@uol.com.br)

### INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

Este texto tem como objetivo apresentar discussões preliminares sobre o projeto de doutorado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, na linha de pesquisa História e Políticas Educacionais. O objetivo inicial é estudar a rede de governança para a primeira infância no contexto brasileiro, tendo como pano de fundo a agenda de governança global para o campo das políticas educacionais para o segmento da Educação Infantil.

O caminho teórico metodológico será guiado pelos preceitos do Materialismo Histórico-Dialético proposto por K. Marx e F. Engels e em cotejamento com autores contemporâneos. Como nos aponta Tonet (2013, p. 105), “Marx sustenta, categoricamente que a razão humana pode apreender a realidade na sua integralidade”. Partindo deste método de análise da materialidade da vida humana, nos possibilita fazer emergir questões que não se apresenta de forma imediata.

Como considerações, apontamos que as orientações dos organismos multilaterais trazem como modelo de educação para a primeira infância as práticas exitosas como o caminho que os estados-clientes possam adotar e seguir. Inferimos que isso pode padronizar a formação da criança, principalmente a dos filhos da classe trabalhadora.

### Percurso da Pesquisa



Discutir a questão da educação da primeira infância nos exige compreender como se organiza os interesses políticos, econômicos e sociais em que a realidade social está assentada. A atual forma de sociabilidade nos mostra que a formação das dimensões humanas, desde a mais tenra idade, tem sido pautada pelos interesses hegemônicos, ou seja, do capital.

Observa-se que a partir dos anos 90, os governos locais pouco têm proposto ou criado políticas educacionais. Este campo tem sido “orientado por diretrizes, diagnósticos e recomendações produzidas por organismos internacionais que intervêm na formulação de agendas e na expansão dos mercados educacionais” (Lobo; Oliveira, 2026, p. 2). Isso nos indica que há uma agenda de governança global direcionando as políticas para a educação como bem assevera Lobo e Oliveira (2026, p.10) “esta agenda se efetiva no mundo por meio de transferência de políticas de um país para o outro. Trata-se de uma tendência global que, em nível local/nacional, tem sido adotada”.

O conceito de governança global é definido por Rosenau (2000, p. 15) como “atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências”. Cabe destacar que a governança global não diminui o papel do Estado, apenas o redefine.

Nesta perspectiva, conforme discute Dale (2004), a agenda para a educação vai além do âmbito das políticas locais, ela é organizada de forma transnacional. Neste viés, os organismos multilaterais buscam padronizar a formação de pessoas para atender as demandas do mercado cada vez mais globalizado, ou seja, com foco na competição e eficiência, subordinando, desta forma, as políticas educacionais à ordem mercadológica. Quanto a isso, o autor destaca que

somos conduzidos a reconhecer que as organizações internacionais não confinam as suas intervenções apenas à área dos mandatos políticos; elas também, e de uma forma crescente, tratam de questões quer de capacidade, quer de governação. A governação tornou-se no objectivo chave de organizações como a OCDE e o Banco Mundial nos anos mais recentes (Dale, 2004, p. 451)

As propositivas do Banco Mundial para a educação não é algo novo, faz parte dos pacotes de reformas e ajustes estruturais políticos, econômicos e sociais que vêm sendo



recomendando aos países signatários. Isso ocorreu de forma mais intensa no Brasil a partir dos anos 90, quando tais orientações convergiram com o movimento global do processo de desestatização, diminuindo a ação do estado na promoção e controle de políticas sociais

os Estados assumiram, então, uma nova forma de organização, repassando, habilmente, suas responsabilidades aos cidadãos por meio de um discurso de liberdade econômica e social, fortalecendo o individualismo crescente em sociedades curvadas cada vez mais aos interesses capitalistas (Flach, 2012, p. 4)

Quanto à educação da primeira infância, tal agenda vem alinhada aos interesses dos organismos internacionais. Estes organismos realizam estudos detalhados de um país ou região e, em seguida, indicam recomendações. Tais recomendações são acompanhadas de assessorias técnicas e financeiras. Geralmente, o programa financiado tem o modelo que é considerado exitoso, que, conforme Shiroma e Zanardini (2020), também são denominadas como boas práticas, práticas eficazes, melhores práticas ou práticas inovadoras.

Neste sentido, como estratégia do Banco Mundial, há uma padronização de políticas, ou seja, a transferência de programas e projetos de um país para o outro. São exemplos de práticas exitosas voltadas para a primeira infância, programas como o cubano “*Educa tu Hijo*”, o chileno “*Crece Contigo*”, os brasileiros “*Primeira Infância Melhor (PIM)*”, *Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz (PCF)*”.

São ações de cunho intersetorial, ou seja, saúde, assistência social, educação e nutrição. Ao integrar diferentes áreas busca-se a redução de custos ao estado (Banco Mundial, 2014). Embora sejam programas voltados para as crianças em situação de extrema pobreza, o foco é a educabilidade das famílias. São ações apoiadas pelo BM que tem como eixo principal formar o capital humano do futuro e a redução da pobreza.

No entanto, ainda que um modelo esteja vinculado a uma ideologia contrária às diretrizes dos organismos internacionais, o argumento se ancora em ações que dão certo, como é o caso do programa cubano. É preciso considerar que o país cubano sofre embargos de potências mundiais, fato que impacta na implementação de políticas sociais. Na contramão de outros países, o programa cubano é de responsabilidade do Ministério da Educação e inspira outros países. No caso brasileiro, inspirado na experiência cubana, a proposta está alocada na pasta da Assistência Social. Além disso, o programa cubano



tem os atendimentos realizados às famílias por uma equipe de profissionais de diferentes áreas, como da educação, assistência social, fisioterapeutas, médicos, enfermeiros. Já os programas brasileiros, quem realiza as atividades junto às famílias são visitantes com formação de nível médio.

## CONCLUSÕES

Nas reflexões iniciais apresentada neste texto, intentamos demonstrar como as transferências de políticas de um país para o outro está alinhada com a agenda da governança global. Portanto, a agenda para a primeira infância precisa ser compreendida a partir deste contexto.

Vimos o quanto à transferência de políticas, como estratégia das agências multinacionais, e, de modo especial do Banco Mundial, pode se configurar como uma padronização da primeira infância, principalmente quando direcionada à criança pobre dos países da periferia do capital. Isso nos aponta qual o tipo de formação humana é destinado a este segmento social, ou seja, de formar futura mão de obra para o mercado produtivo.

Portanto, o que se apresenta de forma imediata é a oferta de políticas intersetoriais direcionadas às crianças e às suas famílias, sob o argumento de preocupação com a superação da pobreza. Contudo, à luz do conceito de governança global, o que efetivamente se evidencia é a transferência de responsabilidades do Estado para os indivíduos. Nesse sentido, as chamadas práticas exitosas não se mostram capazes de romper os ciclos de pobreza, uma vez que não incorporam, em suas estratégias, o questionamento das condições estruturais que produzem e reproduzem o empobrecimento da classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Intensificando o desenvolvimento da primeira infância: Investindo na primeira infância com grandes retornos. Banco Mundial. 2014.



DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a 312 educação”? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

FLACH, S. F. O debate em torno da qualidade da educação: interesses em disputa. **Cadernos CEDES**, v. 43, n. 121, p. 9-18, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC269569>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/wCSdjxp5sLWwfFWK6TFsd7H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2025.

LOBO, Gilneide Maria de Oliveira; OLIVEIRA, Larissa Maria da Costa Fernandes. Governança global: a agenda do banco mundial para a educação superior ibero-americana (1990–2024). *Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista*, v. 22, n. 53, 2026. DOI: 10.22481/praxisedu.v22i53.18672.

ROSENAU, J. Governança, ordem e mudança na política mundial. In: ROSENAU, J.; CZEMPIEL, E. O. *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília, DF: Unb, 2000.

SHIROMA, E. O.; ZANARDINI, I. M. S. Estado e gerenciamento da educação para o desenvolvimento sustentável: recomendações do capital expressas na Agenda 2030. *Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara*, v. 24, n. esp. 1, p. 693-714, ago. 2020. e-ISSN:1519-9029. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v24iesp1.13785>

TONET, I. *Método Científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013

